



DATA: 08/05/2015

REMETENTE

**DESTINATÁRIO**

[illegible]



*Ordem dos Advogados do Brasil*  
*Seção do Paraná*

**RELATÓRIO DOS EVENTOS OCORRIDO NOS DIAS 28, 29 E 30 DE ABRIL.**

Em atenção à determinação do ilustre Presidente desta Seccional, Doutor Juliano Breda, acompanhamos as manifestações convocadas pela APP Sindicado, ocorridas entre os dias 28, 29 e 30 de abril do corrente ano, cujo objetivo, entre outros, era retirar da pauta da Assembleia Legislativa do Paraná projeto de lei que alterava a Paraná Previdência, em que os relatos dos fatos e da nossa atuação seguem abaixo:

**Dia 28/04/2015** – aproximadamente às 10:35 hs acompanhamos intervenção da Polícia Militar, com a utilização de spray de pimenta e bombas de gás lacrimogênio, em razão da tentativa dos manifestantes de postar o caminhão de som dentro da praça Nossa Senhora da Salliete e próximo à ALEP. Tal fato já demonstrava o acirramento dos ânimos e a possibilidade de conflitos.

No início da tarde realizamos, juntamente com a Subprocuradora-geral da OAB/PR, Dra. Débora Sombrio, conversas, separadamente, com representante da ALEP (Secretário Geral da Presidência, Dr. Harry Françóia Júnior), da Polícia Militar (Cel. Nerino Mariano de Brito) e da APP Sindicato (Marlei Fernandes de Carvalho). Para todos, manifestamos a preocupação da OAB/PR com a possibilidade de confrontos, a necessidade do cumprimento de decisões judiciais e fomentamos a abertura de diálogos.

Indagamos ao Cel. Nerino se as condições dos Policiais Militares eram condizentes ao recomendado, tendo o Coronel nos informado que eram boas. Convidou-nos para que conhecêssemos as instalações onde era oferecida a alimentação e que verificássemos as



*Ordem dos Advogados do Brasil*  
*Seção do Paraná*

condições dos policiais militares destacados para a operação. Pelo observado, não foi verificada a existência de qualquer irregularidade.

**Dia 29/04/2015** – No início da tarde foi realizada nova tentativa de diálogo com as partes envolvidas, em que foram reiteradas as preocupações da OAB/PR quanto ao respeito ao direito a livre manifestação pacífica, quanto o funcionamento do Poder Legislativo de forma livre, ressaltando a preocupação quanto à possibilidade de eventual confronto. Os interlocutores não demonstraram maior interesse em estabelecer um dialogo mais próximo.

Desde já é necessário ponderar sobre o altíssimo contingente de policiais militares que compunham a segurança da ALEP, o que tornava o clima extremamente belicoso.

Exatamente às 14:55 hs, logo após o carro de som da APP Sindicato informar que havia resultado frustrada a reunião realizada entre deputados e senadores e que iria começar a votação do projeto de lei, os manifestantes tentaram ultrapassar o primeiro cerco da Polícia Militar, levantando a barreira de divisão, arremessando-as contra a primeira linha de policiais militares.

Os policiais militares que realizavam a contenção, conseguiram imediatamente frustrar a tentativa de rompimento do cordão de isolamento.

Mesmo tendo sido frustrada a tentativa de rompimento do cerco, como se observa pelo vídeo 01, foram iniciados os arremessos de bombas de efeito moral e gás lacrimogênio e os disparos de balas de borracha.



## *Ordem dos Advogados do Brasil*

### *Seção do Paraná*

Pudemos verificar que do lado dos manifestantes, houve arremessos de pedras – retiradas das calçadas – e outros objetos.

Muito embora desproporcionais – o aparato estatal era muito mais intenso –, as ações eram reativas de lado a lado: a cada pedra lançada vários disparos e bombas eram lançadas, em resposta, mais pedras e assim mais bombas, estabelecendo uma verdadeira retroalimentação da violência.

Apesar de mantido o posicionamento da barreira policial, os disparos de balas de borracha, bombas de efeito moral e de gás lacrimogênio não se cessaram e permaneceram por quase duas horas.

Em todo o período de enfrentamento não foi possível verificar tentativas do ente estatal de arrefestar dos ânimos. O caminhar de som dos manifestantes insistentemente pedia o fim da ofensiva militar, que tentava levar os manifestantes para fora do perímetro da Praça Nossa Senhora de Sallette.

Era nítida a existência de coordenação na operação Militar, inclusive com a utilização de várias equipes<sup>1</sup>, que se alternavam, e o reabastecimento contínuo de bombas e granadas de gás.

Não verificamos o lançamento de qualquer artefato pelo helicóptero da Polícia Militar ou dos terraços dos prédios públicos do contorno. Também não verificamos a utilização pelos manifestantes de coquetel molotov ou outros materiais explosivos, tais como bombas de cal.

Dois assinaturas manuscritas em tinta preta, uma mais legível e outra mais abstrata.



*Ordem dos Advogados do Brasil*  
*Seção do Paraná*

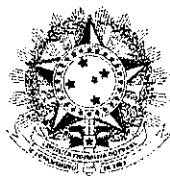
Todos os policiais militares portavam suas armas de fogo. Não houve notícia de que foram efetuados disparos de arma de fogo durante todo o episódio.

Acompanhamos a prisão de seis manifestantes, os quais não portavam qualquer tipo de armamento. Também é importante salientar que não sofreram qualquer tipo de violência dentro das dependências da ALEP, onde foram levados antes de serem encaminhados para o 1º Distrito Policial.

Após o longo período de desproporcional uso de força, encerram-se, de forma abrupta, os disparos e explosões, acalmando-se completamente a situação.

Assim que possível, nos dirigimos à sede da Prefeitura Municipal, transformada em verdadeiro hospital de campanha, onde, nos corredores e em algumas salas, eram atendidos os manifestantes feridos. Foram também utilizadas ambulâncias do SAMU. Verificamos inúmeros feridos – compostos por pessoas identificadas como professores e alunos – com variados tipos de ferimentos. Informações tomadas junto aos profissionais de saúde apontam mais de duzentos atendimentos. O clima era de grande tensão e revolta.

Naquele momento nos foi informado à inexistência de vítimas fatais. Ainda que não existiam feridos por munição letal (munição comum) e que algumas pessoas foram encaminhadas aos hospitais Cajuru e do Trabalhador.



## *Ordem dos Advogados do Brasil*

### *Seção do Paraná*

De volta à ALEP, entramos em contato com o médico da Polícia Militar, que realizava o atendimento no ambulatório da casa, o qual nos informou que havia cerca de 20 policiais feridos, contudo, sem qualquer gravidade.

Não foram verificadas prisões a qualquer título contra policiais durante todo o evento.

Os manifestantes detidos, em número de 11, foram atendidos pela Comissão de Advogados Criminais, encabeçada por sua presidente, Dr<sup>a</sup> Priscilla Placha Sá, e foram todos liberados após a lavratura de Termo Circunstanciado. O relatório pormenorizado encontra-se anexado ao presente relatório.

**Dia 30/04/2015** – No início da tarde acompanhamos, juntamente com a Comissão da Advocacia Criminal – a Presidente Dr. Priscila Placha Sá e os membros Danilo Rodrigues Alves, Eurolino Sechinel dos Reis, Gustavo Sartor de Oliveira, Nilton Ribeiro de Souza, Mario Lúcio Monteiro Filho, Jorge de Oliveira Vargas Neto, Thiago Murakami e Alberto Goldenstein – a manifestação realizada por estudantes, em protesto aos fatos ocorridos no dia anterior.

Tentativas de invasões à ALEP e ao Palácio Iguaçu foram impedidas pelos policiais que faziam a segurança dos referidos locais. A OAB/PR teve papel decisivo para evitar as invasões, bem como a possível ocorrência de uma tragédia, vez que naquela oportunidade o contingente policial era diminuto, e os mesmos não portavam qualquer armamento não letal.



*Ordem dos Advogados do Brasil*  
*Seção do Paraná*

Em determinado momento alguns manifestantes quiseram atear fogo na bandeira do Paraná, tendo o secretário da Seccional, Eroulths Cortiano Junior os dissuadido.

Foram detidos naquela oportunidade três manifestantes, os quais foram atendidos pela OAB.

**Conclusões** – Apesar da tentativa de rompimento do cordão de isolamento por parte dos manifestantes, temos que a ação policial foi extremamente desproporcional.

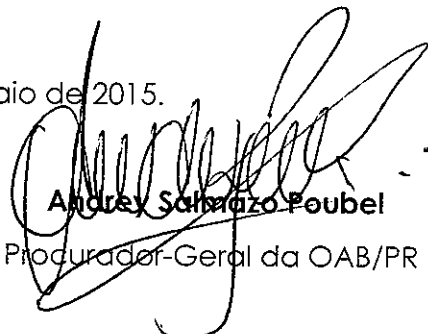
A Ação policial se deu de forma coordenada, demonstrando que havia inteiro controle das ações realizadas.

Assim, diante dos fatos narrados, opinamos pela remessa do presente relatório – acompanhado por fotos, vídeos, e o relatório elaborado pela Comissão de Advocacia Criminal da OAB/Paraná – as autoridades incumbidas das investigações, para que tomem as medidas necessárias para a responsabilização das autoridades responsáveis pelos lamentáveis eventos que se deram no dia 29 de abril de 2015.

Opinamos ainda que tais investigações sejam acompanhadas pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Paraná, para posterior deliberação de eventuais providencias necessárias.

Curitiba, sexta-feira, 8 de maio de 2015.

  
Alexandre Salomão  
Conselheiro da OAB/PR

  
André Salomão Poubel  
Procurador-Geral da OAB/PR

**Relatório. Atuação. Providências. Manifestações.**

Data	Acontecimentos, Atividades, Envolvidos.	Encaminhamentos, Pendências
29/04/2015	<p><b>Atendimento Detidos no 1º. Distrito Policial.</b></p> <p>Juntamente com o Procurador de Perseguições, Adv. Bernardo Nogueira Pereira Nobrega, Gustavo Sartor de Oliveira e Thiago Murakami Tavares Cardoso, acompanhamos a questão no 1º. Distrito Policial. Lá havia quatro grupos:</p> <p><u>i) pessoas vítimas de violência e agressão:</u> em relação às quais solicitamos fosse dada prioridade no atendimento, sobretudo, porque algumas deviam ser encaminhadas ao IML. Intervimos na situação, pois embora estivessem acompanhadas de uma Advogada esta não solicitou ajuda (por não ser da área criminal e não saber como proceder). O Delegado-Geral prontamente nos atendeu e destacou um Delegado (Dr. Maurício Fowler) somente para fazer isso;</p> <p><u>ii) policiais militares que teriam sido agredidos:</u> não apresentavam lesões aparentes, mas alguns estavam sujeitos de finta;</p> <p><u>iii) grupo de 7 manifestantes</u> que foi atendido por advogados da APP e pelo Coletivo Direito para Todos, cujos celulares não foram apreendidos pelo fato de que foi verificado pelo Delegado, que eles na verdade estavam todos juntos apenas protegendo-se da ação policial (foi o que nos chegou, pois não acompanhamos a atuação e a liberação já que tinham Advogados);</p> <p><u>iv) grupo de 6 manifestantes</u> os quais atendemos por não terem advogado da área criminal. Eles eram compostos por 4 estudantes da UEL e dois professores de Curitiba. O Del. Fábio Amaro nos esclareceu (para nós da OAB, Defensoria Pública - que assinou o TC corrigido -, advogado da APP: que não era da área criminal e nos solicitou o acompanhamento, pois não sabia como proceder) de que o Sec. Fernando Franceschini, que estava no andar de cima do Distrito, determinou que fossem apreendidos os celulares (os celulares já estavam com os policiais do serviço reservado, antes de nos chegarmos na Delegacia) e entregues as senhas de acesso e que no dia seguinte às 18h00 eles seriam devolvidos. Do contrário, seriam apreendidos de qualquer forma, pois havia o entendimento de que se tratava de meio do cometimento de ilícito, iam ser encaminhados para perícia, sem previsão de liberação. Além disso, que até aquele momento a atuação seria por "resistência", mas poderia mudar e eles poderiam não ser liberados. Ponderamos, OAB e DPE, que a ordem era ilegal e exige mandado judicial, etc etc etc. E o Del. Fábio Amaro nos afirmou que era "pegar ou largar" e que ele daria cumprimento à ordem do Secretário. O pessoal que se encontrava detido, especialmente de Londrina (linha duas pessoas que estavam chorando) informou-nos que, de fato, nada havia de comprometedor e não querendo ficar sem o celular concordou com a entrega. Registramos no TC que a entrega somente se deu por determinação do Delegado de Polícia.</p> <p>Houve também a detenção de dois adolescentes (um deles sobrinho dos dois professores de Curitiba) e um Advogado voluntário chamado Pedro atenderam-nos na Delegacia do Adolescente. Os dois foram liberados. Um deles só fora detido, pois estava sem documento de identificação.</p> <p>Não foi detido com nenhum desses grupos qualquer arma, pedra, pau, coquetel molotov, máscara.</p> <p><b>(18h00-22h30)</b></p> <p>Alexandre Salomão, Andrey Salmaço Poubel, Danilo Rodrigues Alves, Euroclino Sechinell dos Reis, Gustavo Sartor de Oliveira, Jorge de Oliveira Vargas Neto e Priscilla Placha Sá. Posteriormente, compareceram os Advogados Bona e Alberto Goldstein, bem como os Advogados Nilton Ribeiro e Mário Lucio Monteiro Filho: acompanhamos a manifestação que aconteceu em repúdio à ação do dia anterior. Houve alguns momentos de tensão, especialmente, quando alguns (em torno de cinco ou seis pessoas) mais exaltados queriam invadir a ALEP e depois o Palácio Iguaçu. O tensionamento entre manifestantes e polícia militar foi mediado, especialmente, pelo Cons. Alexandre Salomão, além dos demais Advogados que estavam presentes e que pediam calma aos manifestantes, e, embora tenham sido detidas três pessoas (uma acusada de ofender verbalmente um Capitão; outra de tentar ofender fisicamente também um Capitão, e o terceiro de tentar furtar um rádio de uma policial; o último foi encaminhado para o 3º. DP e os outros dois para o 1º. DP) não houve maiores desdobramentos. Os três foram acusados apenas por desacato e liberados no mesmo dia. Acompanhamos por um Advogado do Coletivo Direito para Todos e, depois o Adv. Bona, confirmou a liberação. Também não foi apreendido com eles nenhum tipo de arma ou similar. Cumpre registrar que o oficial que se apresentou como Cap. Valdir negou acesso a qualquer representante da OAB, mesmo ao Adv. Andrey para falar e acompanhar as pessoas presas informando ser ordem de seu superior. Maj. Jefferson, que estaria no comando no local, sob o argumento de que não detinhamos procuração e que não havia qualquer informação oficial da OAB de que éramos representantes da instituição no local. Comunicamos o Dr. Cássio e o Cal Garcia acerca dos fatos. O Dr. Cássio nos retornou fornecendo o nome e o telefone do Maj. Paulo que nos franqueou o contato, momento em que os policiais ali presentes nos informaram que as pessoas detidas já estavam nos Distritos. Os três foram acusados</p>	<p><b>Encaminhamentos, Pendências</b></p> <p>1. Colocamo-nos à disposição para atendê-los - em nome da OAB - assegurando que a qualquer tempo poderíamos contratar um Advogado de sua escolha e que, nesse caso, mantivessem contato conosco que passaríamos todas as informações. O Bernardo está com a cópia de todos os TCs. A audiência foi designada para 21 de maio, às 13h30 no 2º. JECRIM.</p> <p>2. Sugiro: <u>precisamos de urgência nisso)</u></p> <p>2.1. Especialmente, depois de todos os desdobramentos, elaboramos <u>pedido de arquivamento do feito</u>. Caso a decisão seja pela espera da audiência ou em outro sentido, nos manifestemos pela expedição de carta precatória para Londrina, para a realização da audiência preliminar, em relação aos 4 estudantes que lá residem, isso sem prejuízo de acompanharmos os dois professores aqui em Curitiba.</p> <p>2.2. Portaria da OAB nos designando para atendê-los. Posso fazer o pedido de arquivamento, se esta for a decisão, mas não posso acompanhá-los na audiência, pois a Débora e eu estaremos nos dias 20 e 21 de maio em São Paulo, num Seminário Internacional sobre a Cultura da Violência contra a Mulher.</p> <p>1. Não houve encaminhamentos ou providências.</p> <p>2. O coletivo Direito para Todos nos informou que irá atender os detidos nas respectivas audiências.</p>

30/04/2015

	apenas por desacato e liberados no mesmo dia. Acompanhados por um Advogado do Coletivo Direito para Todos e, depois o Adv. Bona, confirmou a liberação. Também não foi apreendido com eles nenhum tipo de arma ou similar. Passado esse momento, a questão foi serenada e compareceram também no local, o Dr. Eiroullis Cortiano Júnior e Flávio Parisieri.	
<b>01/05/2015</b>	Alexandre Salomão, Débora Normanton Sombrio, Gustavo Sartor de Oliveira, e Priscilla Placha Sá: acompanhamento da manifestação de estudantes, professores e servidores. Sem nenhuma ocorrência.	Não houve encaminhamentos ou providências.
<b>05/05/2015</b>	<p>Eduardo Faria da Silva (CDH) e Priscilla Placha Sá: comparecimento na reunião no MPE (convite abaixo). Na ocasião nos foram apresentados:</p> <p>a) providências adotadas pelo MP (vide Anexos 1 e 2);</p> <p>b) medidas possíveis (ações penais e cíveis);</p> <p>c) proposta de que até o dia 29 de maio apresentarem as providências judiciais, sobretudo na esfera criminal, que o MP vai adotar;</p> <p>d) relataram a colheita até o momento de mais de 90 depoimentos e 136 vídeos; a expedição de ofícios ao Governo do Estado, à SESP e à PMPR solicitando informações: i) sobre o planejamento e o comando das operações; ii) efetivo humano empregado; c) efetivo material empregado; d) custo da operação;</p> <p>e) as instituições presentes (OAB, DPE, Terra de Direitos, Ouidoria da DPE, Rede Juventude, Assessoria do Prefeito Municipal, CDDH do Estado, Coletivo Direito para Todos) fizeram breve relato de suas atuações e encaminhamentos. Em relação, a OAB, fez uma síntese do acompanhamento da OAB, agora no mês de abril, e informei que os diversos advogados que atuaram estavam encaminhando os relatórios, fotografias e vídeos, bem como objetos apreendidos à Diretoria da Seccional para que esta e o Conselho deliberassem acerca da posição institucional e providências. O Adv. Edliardo Faria relembrou que a OAB está atuando no episódio desde fevereiro de 2015 e sugeriu que fosse elaborado um croquis, com vista aérea, do Centro Cívico, a fim de permitir situar a localização, a situação das tomadas fotográficas e vídeos.</p>	<p>1. O Coletivo Direito para Todos me solicitou cópia dos TCs para informar ao Senado a exigência de entrega dos celulares pelo Secretário de Segurança.</p> <p>O MPE solicitou a todas as entidades e instituições presentes o encaminhamento de fotografias e vídeos ao MPE, bem como o encaminhamento de pessoas de que se tenha conhecimento tenham sido lesionadas ou tenham acompanhado qualquer ação que seja relevante ao deslinde dos fatos.</p> <p>2. Informei que iria encaminhar este pedido verbal à Diretoria para deliberação.</p>